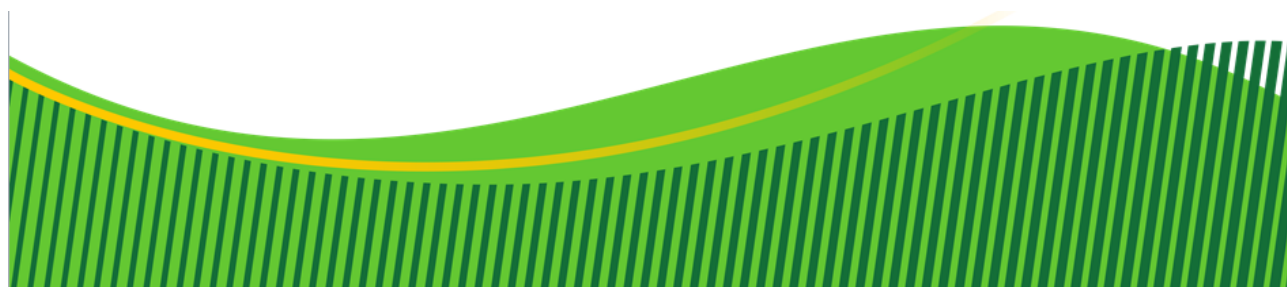


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-6500
Fax: +55 51 3204-6699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
Nova Petrópolis - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-8



Danielo Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	1.929.652	1.659.007	CIRCULANTE	543.769	431.671
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	27.722	20.335	DEPÓSITOS (NOTA 12)	333.419	256.774
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	308.491	265.402	Depósitos à Vista	202.482	148.390
Carteira Própria	308.491	265.402	Depósitos a Prazo	130.937	108.384
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.063.447	915.756	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	115.421	96.634
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	34	4	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	81	8
Correspondentes no país	483	655	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	115.340	96.626
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	1.062.930	915.097	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.914	2.522
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	459.320	402.723	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.914	2.522
Operações de Crédito	486.539	432.409	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	15.440	15.484
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(27.219)	(29.686)	Empréstimos País - Outras Instituições	15.440	15.484
OUTROS CRÉDITOS	54.809	43.887	OUTRAS OBRIGAÇÕES	76.575	60.257
Créditos por Avals e Fianças Honrados	331	228	Cobrança e Arrecadação de Tributos	242	77
Rendas a Receber	2.114	2.146	Sociais e Estatutárias	6.677	6.331
Créditos Específicos	398	362	Fiscais e Previdenciárias	2.978	2.947
Diversos (NOTA 08)	53.033	41.944	Diversas (NOTA 15)	66.678	50.902
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.067)	(793)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	15.863	10.904			
Outros Valores e Bens	16.276	10.895			
(Provisão para desvalorização)	(451)	(41)			
Despesas Antecipadas	38	50			
NÃO CIRCULANTE	341.248	282.364	NÃO CIRCULANTE	1.384.570	1.210.549
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	341.248	282.364	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.384.570	1.210.549
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	3.550	-	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.372.218	1.198.983
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.550	-	Depósitos a Prazo	1.372.218	1.198.983
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	266.366	214.078	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	12.352	11.566
Operações de Crédito	281.711	230.088	Repasse Interfinanceiros	12.352	11.566
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.345)	(16.010)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	3	10			
Diversos	3	10			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	41.398	41.404	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	342.561	299.151
Outros Investimentos	41.398	41.404	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	177.387	164.544
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	18.821	16.312	De Domiciliados no País	177.529	164.687
Imóveis de Uso	7.351	7.720	(Capital a Realizar)	(142)	(143)
Outras Imobilizações de Uso	31.201	26.645	RESERVAS DE SOBRAS	147.739	121.734
(Depreciação acumulada)	(19.731)	(18.053)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	11.110	10.560	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.435	12.873
Outros Ativos Intangíveis	21.720	18.501			
(Amortização acumulada)	(10.610)	(7.941)			
TOTAL DO ATIVO	2.270.900	1.941.371	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.270.900	1.941.371

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	101.068	-	101.068	203.697	-	203.697	198.089	1	198.090
Operações de Crédito	87.428	-	87.428	171.022	-	171.022	166.714	1	166.715
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	13.640	-	13.640	32.674	-	32.674	31.373	-	31.373
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(68.523)	(369)	(68.892)	(155.893)	(664)	(156.557)	(186.676)	(459)	(187.135)
Operações de Captação no Mercado	(54.099)	(82)	(54.181)	(122.436)	(141)	(122.577)	(142.319)	(90)	(142.409)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.111)	(287)	(4.398)	(8.509)	(523)	(9.032)	(8.403)	(369)	(8.772)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.313)	-	(10.313)	(24.948)	-	(24.948)	(35.954)	-	(35.954)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.545	(369)	32.176	47.804	(664)	47.140	11.413	(458)	10.955
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.316)	5.157	(159)	3.905	9.518	13.423	30.709	8.005	38.714
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.689	10.901	19.590	16.401	20.021	36.422	13.426	14.651	28.077
Rendas de Tarifas Bancárias	11.277	-	11.277	21.906	-	21.906	19.874	-	19.874
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(31.471)	(2.214)	(33.685)	(61.359)	(3.841)	(65.200)	(55.874)	(2.465)	(58.339)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(21.829)	(2.550)	(24.379)	(42.818)	(4.878)	(47.696)	(39.510)	(3.784)	(43.294)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(76)	(537)	(613)	(148)	(987)	(1.135)	(132)	(723)	(855)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	48.002	457	48.459	104.575	669	105.244	126.022	1.291	127.313
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(19.908)	(900)	(20.808)	(34.652)	(1.466)	(36.118)	(33.097)	(965)	(34.062)
RESULTADO OPERACIONAL	27.229	4.788	32.017	51.709	8.854	60.563	42.122	7.547	49.669
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(280)	85	(195)	(753)	194	(559)	(145)	120	(25)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	26.949	4.873	31.822	50.956	9.048	60.004	41.977	7.667	49.644
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.211	1.211	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	710	710	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	501	501	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	26.949	6.084	33.033	50.956	9.048	60.004	41.977	7.667	49.644
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	9.048	(9.048)	-	7.667	(7.667)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	26.949	6.084	33.033	60.004	-	60.004	49.644	-	49.644
DESTINAÇÕES	-	-	-	(42.569)	-	(42.569)	(36.771)	-	(36.771)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(14.627)	-	(14.627)	(17.749)	-	(17.749)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.937)	-	(1.937)	(1.430)	-	(1.430)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.372)	-	(19.372)	(14.304)	-	(14.304)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(6.633)	-	(6.633)	(3.288)	-	(3.288)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	17.435	-	17.435	12.873	-	12.873

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	147.689	101.909	13.807	263.405
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.403	-	(10.573)	(3.170)
Destinações para reservas	-	2.233	(2.233)	-
Outras destinações	-	-	(1.001)	(1.001)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	7.303	-	-	7.303
Baixas de capital	(15.115)	-	-	(15.115)
Resultado do período	-	-	49.644	49.644
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.430)	(1.430)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.304	(14.304)	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.264	-	(17.749)	(485)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.288	(3.288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	164.544	121.734	12.873	299.151
Mutações do Período	16.855	19.825	(934)	35.746
Saldos no início do período em 01/01/2017	164.544	121.734	12.873	299.151
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.724	-	(11.412)	(5.688)
Outras destinações	-	-	(1.461)	(1.461)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.428	-	-	10.428
Baixas de capital	(17.603)	-	-	(17.603)
Resultado do período	-	-	60.004	60.004
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.937)	(1.937)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.372	(19.372)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.294	-	(14.627)	(333)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.633	(6.633)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	177.387	147.739	17.435	342.561
Mutações do Período	12.843	26.005	4.562	43.410
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	166.844	121.734	26.971	315.549
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.619	-	-	5.619
Baixas de capital	(9.370)	-	-	(9.370)
Resultado do período	-	-	33.033	33.033
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.937)	(1.937)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.372	(19.372)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.294	-	(14.627)	(333)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.633	(6.633)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	177.387	147.739	17.435	342.561
Mutações do Período	10.543	26.005	(9.536)	27.012

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	31.842	63.235	51.394
Resultado do semestre/exercício	33.033	60.004	49.644
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.191)	3.231	1.750
(Reversão) para operações de crédito	(3.396)	(3.133)	(2.873)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	78	409	41
Provisão para desvalorização de outros créditos	251	275	44
Depreciação do imobilizado de uso	1.641	2.982	2.426
Amortização do intangível	1.332	2.669	1.631
Baixas do ativo permanente	322	410	171
Provisão para passivos contingentes	855	1.059	1.156
Destinações ao FATES	(1.937)	(1.937)	(1.430)
Dividendos SicrediPar	(337)	497	584
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	30.338	115.758	27.575
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.550)	(3.550)	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	28.544	(43.089)	(181.959)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	12.721	(30)	(2)
Redução em créditos vinculados	98	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(66)	172	75
(Aumento) em operações de crédito	(100.793)	(105.753)	(75.576)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	20.231	19.573	36.762
(Aumento) em outros créditos	(6.702)	(11.686)	(3.995)
(Aumento) em outros valores e bens	(4.926)	(5.368)	(4.631)
Aumento em depósitos	69.522	249.880	253.659
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	2.221	392	(228)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(953)	(44)	(3.540)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(483)	(1.817)	(1.495)
Aumento em outras obrigações	14.474	17.076	8.505
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	62.180	178.993	78.969
Aquisição de Investimentos	-	6	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.648)	(5.901)	(3.271)
Aplicações no Intangível	(1.925)	(3.219)	(2.935)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.573)	(9.114)	(6.207)
Integralização de capital	5.619	10.428	7.303
Baixa de capital	(9.370)	(17.603)	(15.115)
Juros ao capital próprio	(333)	(333)	(485)
Distribuição de Sobras	-	(7.149)	(4.171)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.084)	(14.657)	(12.468)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	52.523	155.222	60.294
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.038.129	935.432	875.138
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	1.090.652	1.090.652	935.432

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/12/1902 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(187.706)	571	(187.135)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(36.525)	571	(35.954)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39.285	(571)	38.714
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(43.164)	(130)	(43.294)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(33.621)	(441)	(34.062)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	27.722	20.335
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	1.062.930	915.097
Total	1.090.652	935.432

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.550	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.550	-
Total realizável a longo prazo	3.550	-

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	308.491	265.402
Total circulante	308.491	265.402

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	312.640	213.531	526.171	431.019
Financiamentos	56.544	51.717	108.261	115.526
Financiamentos rurais e agroindustriais	117.355	16.463	133.818	115.952
Carteira total	486.539	281.711	768.250	662.497

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	331	-	331	228
Devedores por compra de valores e bens	8	-	8	19
Títulos e créditos a receber (i)	41.116	3	41.119	30.199
Total	41.455	3	41.458	30.446

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	258.366	239.048	1.292	1.195
Nível B	1,00	336.057	246.522	3.361	2.465
Nível C	3,00	129.654	114.081	3.890	3.422
Nível D	10,00	35.777	37.402	3.578	3.740
Nível E	30,00	17.233	21.128	5.170	6.338
Nível F	50,00	10.838	9.596	5.419	4.798
Nível G	70,00	4.501	3.327	3.151	2.329
Nível H	100,00	17.282	21.839	17.282	21.839
Total (i)		809.708	692.943	43.143	46.126

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 488 (2016 - R\$ 363).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.462	73.203	77.324	79.634	236.623	197.341
Rural	1.099	10.419	105.837	16.463	133.818	115.952
Industrial	1.376	18.853	28.980	30.209	79.418	68.881
Comércio	2.068	31.618	51.944	57.556	143.186	125.026
Outros Serviços	3.636	43.544	71.631	97.852	216.663	185.743
Total	14.641	177.637	335.716	281.714	809.708	692.943

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	49.686	6,14	59.342	8,56
50 devedores seguintes	95.741	11,82	84.744	12,23
100 devedores seguintes	87.716	10,83	77.617	11,20
Demais	576.565	71,21	471.240	68,01
Total	809.708	100	692.943	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	46.489	49.318
Constituição de provisão	24.948	35.954
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.806)	(38.783)
Saldo final	43.631	46.489

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 11.528 (2016 - R\$ 8.259), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 22.181 (2016 - R\$ 10.265).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	270	257
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.792	5.058
Devedores por compra de valores e bens	8	11
Devedores por depósitos em garantia	3.381	2.552
Impostos e contribuições a compensar	1.179	1.079
Títulos e créditos a receber	41.116	30.197
Valores honrados	38	62
Cotas de consórcio	1.499	1.333
Devedores por convênios	-	35
Operações com cartões	216	256
Pendências a regularizar	84	129
Outros	450	975
Total Circulante	53.033	41.944

Devedores por compra de valores e bens	-	8
Títulos e créditos a receber	3	2
Total realizável a longo prazo	3	10

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	16.212	10.824
Imóveis	15.178	9.913
Veículos e afins	219	800
Bens em regime especial	815	111
Material em estoque	64	71
Despesas antecipadas	38	50
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(451)	(41)
Total Circulante	15.863	10.904

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 451 (2016 - R\$ 41) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	22.974	22.974
Sicredi Participações S.A.	18.422	18.423
Outras Participações e Investimentos	2	7
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	-	5
Total	41.398	41.404

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	5.974.923 ON 12.447.811 PN	5.974.923 ON 12.447.811 PN	2 Quotas	2 Quotas	22.973.568 Quotas	22.973.568 Quotas
Percentual de participação	2,11%	2,12%	1,22%	1,27%	6,54%	6,54%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	18.422	18.423	2	2	22.974	22.974

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	38.552	(19.731)	18.821	16.312
Imobilizações em curso	-	1.459	-	1.459	758
Terrenos	-	75	-	75	75
Edificações	4%	7.276	(1.415)	5.861	6.464
Instalações	10%	8.616	(5.887)	2.729	2.423
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.671	(5.303)	3.368	3.022
Sistema de comunicação	10%	514	(301)	213	172
Sistema de processamento de dados	20%	10.194	(6.078)	4.116	2.787
Sistema de segurança	10%	609	(132)	477	222
Sistema de transporte	20%	1.138	(615)	523	389
Intangível (i)		21.720	(10.610)	11.110	10.560
Investimentos Confederação		21.610	(10.606)	11.004	10.560
Outros ativos intangíveis		110	(4)	106	-
Total		60.272	(30.341)	29.931	26.872

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	202.482	-	-	202.482	148.390
Depósitos a prazo	38.036	92.901	1.372.218	1.503.155	1.307.367
Total	240.518	92.901	1.372.218	1.705.637	1.455.757

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	115.340	96.626
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115.340	96.626
Total circulante	115.340	96.626
Recursos do Crédito Rural	12.352	11.566
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.352	11.566
Total exigível a longo prazo	12.352	11.566

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	15.440	15.484
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	15.440	15.484
Total circulante	15.440	15.484

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	392	40
Obrigações por convênios oficiais	8	2
Provisão para pagamentos a efetuar	13.797	10.870
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	4.941	3.882
Outras Contingências	1	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.101	2.539
Pendências a regularizar	315	641
Operações com cartões	41.087	29.652
Demais fornecedores	1.136	1.496
Credores diversos	1.900	1.779
Total circulante	66.678	50.902

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	3.563	1.580	(400)	4.743
Cível	319	267	(388)	198
Total	3.882	1.847	(788)	4.941

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	4.743	3.563
Cível	Provável	198	319
Total		4.941	3.882

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 6.852; R\$ 1.421 e R\$ 1.242 (2016 - R\$ 373, R\$ 1.112 e R\$ 664), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 11020.720216/2013-04 desde 25/01/2013, versando sobre Contribuição Previdenciária incidente sobre o valor bruto das Notas Fiscais emitidas por Cooperativas de Trabalho, no caso, cooperativas de serviços médicos integrantes da UNIMED. O processo encontra-se em fase de Impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa tramitando junto à Receita Federal do Brasil, atingindo o valor de R\$ 655, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	177.387	164.544
Total de associados	128.137	120.538

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.843 (2016 – R\$ 16.855), sendo R\$ 20.018 (2016 – R\$ 24.667) via integralização de resultados e R\$ 10.428 (2016 – R\$ 7.303), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 17.603 (2016 – R\$ 15.115).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,85% em Conta Capital, no montante de R\$ 14.627, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	60.004	49.644
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(25.201)	(20.850)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	93	(22)
Provisão PPR	100	8
Receita com atos cooperativos	21.402	17.630
Juros sobre capital próprio	6.143	7.455
Outros	(2.537)	(4.221)
Subtotal	25.201	20.850
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.550	-
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	308.491	265.402
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	1.062.930	915.097
Outros Créditos - Rendas a receber	1.463	1.090
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	4.839	5.272
Investimentos (Nota 10)	41.398	41.399
Intangível (Nota 11)	11.004	10.560
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	127.692	108.192
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	15.440	15.484
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	40.865	29.016
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	32.674	31.373
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.003	4.568
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	95.642	113.785
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.032	8.772
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.972	1.850
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	21.241	18.552

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	179	0,09%	114
Depósitos a prazo	5.331	0,35%	4.445
Operações de crédito	152	0,02%	238

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.171	2.824

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	985	1.002
Despesa de aluguéis	5.375	5.216
Despesa de comunicação	2.467	2.289
Despesa de manutenção e conservação	3.158	2.551
Despesa de material	531	582
Despesa processamento dados	892	676
Despesa de promoções e relações públicas	3.135	3.208
Despesa de propaganda e publicidade	399	196
Despesa de seguro	516	383
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.283	4.735
Despesa de serviços de terceiros	1.507	1.231
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.307	3.170
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.712	2.459
Despesa de serviços de transportes	3.377	3.151
Despesa de viagem	17	5
Outras despesas administrativas	14.035	12.440
Total	47.696	43.294

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	3.108	4.056
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	93.661	110.162
Reversão de provisões operacionais	5.724	8.777
Outras rendas operacionais	2.751	4.318
Total	105.244	127.313

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.384	2.251
Contribuição O.C.E.	109	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	794	1.082
Contribuição Confederação Sicredi	13.905	11.328
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.298	1.309
Encargos da administração financeira	531	624
Repasse administradora de Cartões	1.441	1.611
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.665	1.648
Outras provisões operacionais	7.026	8.568
Outras despesas operacionais	4.965	5.545
Total	36.118	34.062

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	117.801	95.648
Coobrigações em cessões de crédito	140	-
Total	117.941	95.648

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	334.959	294.389
Nível I (NI)	334.959	294.389
Capital principal - CP	334.959	294.389
Capital social	177.387	164.544
Reservas de capital	147.739	121.734
Lucros acumulados	17.435	12.873
Ajustes Prudenciais	(7.602)	(4.762)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.271.713	1.029.820
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	621	962
Margem de Capital (i)	200.809	191.732
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,34%	28,59%
Situação de Imobilização (Imob)	22.332	22.118
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,67%	7,51%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Solon Stapassola Stahl
Diretor Executivo
CPF: 494.767.770-87

Eduardo Spier
Diretor de Operações
CPF: 641.569.660-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20